

Banqueiro propõe 5 anos para dívida

Da sucursal de
BRASÍLIA

O presidente do Banco de Montréal, William Mulholland, um dos 15 maiores credores do Brasil, acredita que desta vez o País conseguirá fazer uma renegociação de longo prazo de sua dívida externa, com duração de pelo menos cinco anos, porque considera que uma renegociação freqüente, todo ano, como vem ocorrendo, "é absolutamente inadequada".

Depois de um almoço com o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, o banqueiro canadense, que participa diretamente do comitê assessor de credores de renegociação da dívida brasileira, explicou que a fixação de um prazo prolongado, já sugerida também pelo FMI, permitirá ao governo brasileiro um planejamento ordenado tanto do pagamento da dívida quanto do ajustamento da economia.

Portanto, afirmou, é algo bom em termos de administração tanto do ponto de vista do banqueiro como do País. Nesse período de cinco anos, admitindo-se esse prazo de duração, haveria revisão na renegociação sempre que houvesse alterações substanciais na economia mundial, como por exemplo uma súbita elevação das taxas de juros.

Ele concorda que o momento pode

não ser o mais propício para esse tipo de renegociação, já que deverá ser deflagrada às vésperas da sucessão presidencial, mas ainda assim a defende. Argumenta que a sucessão não deve inibir a renegociação nem alterar fundamentalmente os interesses do país devedor. Além disso, a própria comunidade bancária internacional se adaptará rapidamente ao novo governo, disse.

REUNIÃO

Para o presidente do Banco Montréal, a comunidade financeira internacional não está preocupada com a reunião dos devedores, marcada para ainda este mês nem acredita em deflagração de moratória generalizada na América Latina, a partir da da Bolívia. Pessoalmente, vê com a maior simpatia a reunião de Brasil, México, Argentina e Colômbia, até porque, conforme confidenciou ao fim da entrevista, ela poderá servir para a mudança na política monetária norte-americana, que mantém elevadas as taxas de juros internacionais.

"Essa reunião é sadia e estimulante, faz sentido os devedores se encontrarem para buscar uma forma de se defenderem e solucionar seus problemas", reiterou o banqueiro canadense. No entanto, advertiu, é importante que

os países devedores não se limitem a procurar fórmulas paliativas para suas dívidas externas, e sim procurem atacar os problemas fundamentais que, na sua opinião, são a manutenção do fluxo de capital para esses países e eliminação de barreiras protecionistas aos seus produtos.

Insistiu em que a discussão a nível político, entre os devedores, é absolutamente comprensível, e chegou a propor um passo além, no caso do governo brasileiro: "Está chegando a hora de o presidente do Brasil se sentar à mesa dos países desenvolvidos".

O presidente do Banco de Montreal também insistiu em outra questão: o relevante, na sua opinião, não é determinar de quanto os bancos vão abrir mão, ou renunciar, em termos de encargos financeiros.

O presidente do Banco Montreal acha que 15 anos são um prazo muito longo para o Brasil obter para pagar o principal de sua dívida, mas admite um prazo de pelo menos dez anos. Quanto às taxas de juros, reitera que isso independe do banqueiro, porque ela é definida de acordo com a política monetária de cada país.

Quanto a spread (taxa de risco), acha que isso representa muito pouco na renegociação.